



DISCURSOS SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM POSTAGENS DO *TWITTER*

Francisco Vieira da Silva [*]

[*] Doutor em Linguística. Docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Campus Caraúbas, Rio Grande do Norte. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO) – UERN/UFERSA/IFRN. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4922-8826>. E-mail: francisco.vieiras@ufersa.edu.br.

RESUMO

O artigo analisa discursos sobre a educação financeira em postagens do *Twitter*, com o intento de responder aos seguintes questionamentos: que discursos sobre a educação financeira circulam em postagens do *Twitter*? Em que medida tais discursos se conectam com os saberes, as práticas e as crenças da racionalidade neoliberal? Para tanto, toma como aporte teórico principal as reflexões de Foucault (2008; 2010), Dardot e Laval (2016), Laval (2020), Casara (2021) a respeito do discurso e da racionalidade neoliberal, além de autores como Saraiva (2013; 2017), Leite (2017) e Cunha (2020), que discutem a educação financeira na articulação com os modos neoliberais de gestão das condutas. Trata-se de um estudo descritivo-interpretativo com viés predominantemente qualitativo. O material de análise recobre vinte postagens publicadas no *Twitter* nos primeiros dois meses de 2023. Reunimos as postagens em quatro blocos, conforme a posição de sujeito adotada. As análises indicam a existência de posicionamentos de recusa e de aceitação da educação financeira como uma estratégia de regulação da racionalidade neoliberal.

Palavras-chave: Discurso. Educação Financeira. *Twitter*.



INTRODUÇÃO

No início do ano letivo de 2022, circulou em diversos *sites* e portais de notícias a imagem de um material didático entregue aos docentes da rede estadual do Paraná. O foco incidia numa tabela que comparava a mentalidade “de rico” e a mentalidade “de pobre” e, com isso, defendia a necessidade de modificar esta última, haja vista que a condição de pobreza estaria relacionada a uma questão meramente individual, podendo ser, portanto, superada somente com mudanças de cunho comportamental. As principais diferenças entre tais mentalidades consistiriam no fato de o “rico” assumir os próprios erros, enxergar as adversidades como aprendizado, focar nas oportunidades e admirar pessoas de sucesso, ao passo que o “pobre” culpa os outros e o governo, concebe as adversidades como insuperáveis, centrando o foco nessas e desprezando pessoas bem-sucedidas.

De acordo com uma notícia reportada no *site* Universo On-line (Uol), o material alvo da polêmica seria usado em turmas de 6º ano na disciplina de educação financeira. Esta disciplina fora implantada na gestão do secretário Ricardo Feder (2019-2022) e busca, desde cedo, introjetar nas crianças e jovens determinadas condutas que os tornem sujeitos preparados para lidar com os recursos financeiros. Na matéria do Uol, aparece a voz de duas instâncias distintas: a da presidente do sindicato dos docentes do Paraná, para quem o material constitui uma afronta, pois responsabiliza os mais pobres pela sua condição de vulnerabilidade e a da pasta da educação paranaense, segundo a qual o material “vazado” não representa a visão da secretaria, pois se trata de uma proposta elaborada por um professor, cabendo a cada docente alterar ou simplesmente não utilizá-la (BIMBATI, 2022).

A construção discursiva da mentalidade “rica” *versus* mentalidade “pobre” encontra eco numa diversidade de obras de autoajuda financeira que tendem a compreender a condição social sob o prisma do indivíduo, desprezando as variáveis contextuais determinantes na produção das desigualdades do sistema capitalista. *Best-sellers* como *Pai rico e pai pobre*, escrito por Robert Kiyosaki, em 1998, por exemplo, advogam em defesa do investimento, do controle de dívidas, do planejamento financeiro e da gestão de riscos, concebidos como estratégias para a ascensão social. Podemos reconhecer nesses discursos o funcionamento da lógica neoliberal, na medida em que o sujeito é levado a se comportar tal como uma empresa e, para tanto, mobilizar saberes do universo corporativo para administrar todas as dimensões de sua vida.



Compreendemos o neoliberalismo como uma racionalidade, amparados em autores como Foucault (2008), Dardot e Laval (2016) e Casara (2021), a emoldurar uma diversidade de práticas e condutas marcadas pela concorrência, pela livre iniciativa, pelo empreendedorismo, pela flexibilidade, pela resiliência e pela individualização de complexos processos sociais, culturais e econômicos. Nesse sentido, para além de uma doutrina de matriz econômica e/ou política, trata-se de uma racionalidade com proporções globais a produzir uma engenharia social indutora de uma normatividade “[...] que faz do mercado e da lógica da concorrência os modelos de todas as relações sociais, a partir da crença de que tudo e todos podem ser tratados como objetos negociáveis” (CASARA, 2021, p. 160).

Considerando as inflexões dessa racionalidade no espaço escolar, importa observar como a irrupção da educação financeira mobiliza determinados interesses cujo intento levam a produção de subjetividades vigilantes em relação aos gastos contraídos, tanto no espectro individual quanto no âmbito familiar. Conforme Leite (2017), a educação financeira constitui o corolário de um processo de reconfiguração do mercado financeiro, que passa do lugar do selvagem na figura do especulador ganancioso para a imagem benquista do investidor racional que poupa e investe de maneira calculada na busca pela sua independência financeira. Ainda de acordo com Leite (2017), a temática da educação financeira se espalha nos mais diferentes setores da sociedade, por meio de agentes variados, como consultores, *coachs* financeiros, obras de autoajuda, programas do governo e, principalmente, por meio da inserção dessa problemática no âmbito da educação formal.

Uma breve retomada do percurso da educação financeira no ambiente escolar data do começo deste século, quando a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) elaborou um documento no qual preconiza a urgência em se implementar uma espécie de alfabetização financeira em países da América Latina e do Caribe. Numa leitura preliminar do documento, publicado em 2005, podemos observar: “A educação financeira deve começar na escola. As pessoas devem ser educadas sobre questões financeiras o mais cedo possível em suas vidas” (OCDE, 2005, p. 6). A modalização deôntica proveniente da escolha pelo verbo *dever* inscreve esse dizer no campo da obrigatoriedade e torna imperativa a consecução de ações públicas na efetivação da educação financeira. Posteriormente, na crise de 2008, a OCDE criou a Rede Internacional de Educação Financeira (INFE), com vistas a construir intercâmbios de



experiências em educação financeira em todo o globo e, em 2012, na prova do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), pela primeira vez, tem-se uma avaliação que visa a aferir os conhecimentos dos alunos nessa área (CUNHA, 2020).

No caso do Brasil, é capital citarmos o Decreto 7.397/2010, que lança a Estratégia Nacional da Educação Financeira (ENF), gerida pelo Conselho Nacional de Educação Financeira (Conef), instância intersetorial que se propõe a coordenar uma série de ações relativas a essa questão no país. Mais recentemente, em razão da reforma do novo ensino médio, Lei nº 13.415/2017 e da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a educação financeira aparece como um dos temas transversais contemporâneos, a serem inseridos no desenho curricular das redes de ensino e das instituições educativas. Trata-se, portanto, de uma temática que se encontra em contínua ebulição na atualidade e isso resplandece na construção de discursos nas redes sociais digitais, particularmente no *Twitter*.

Frente ao exposto, o objetivo deste texto consiste em analisar os discursos sobre a educação financeira em postagens publicadas no *Twitter*, com o intuito de examinar como esses discursos se articulam à racionalidade neoliberal. Para tanto, propomo-nos a responder aos seguintes questionamentos: que discursos sobre a educação financeira circulam em postagens publicadas no *Twitter*? Em que medida tais discursos se conectam com os saberes, as práticas e as crenças da racionalidade neoliberal? A fim de ancorar o estudo, tomamos como aporte teórico as investigações de Foucault (2008; 2010) a respeito do discurso e do neoliberalismo, bem como de Dardot e Laval (2016) e Casara (2021) em torno da racionalidade neoliberal. Ainda buscamos respaldo em Leite (2017), Saraiva (2013; 2017) e Cunha (2020), quando esses autores problematizam como a educação financeira se inscreve no âmbito da racionalidade neoliberal.

Do ponto de vista da organização do escrito, convém pontuar que se encontra dividido em quatro partes, além desta seção introdutória. No tópico primeiro, discutimos a respeito da perspectiva dos estudos discursivos foucaultianos e da racionalidade neoliberal. Seguidamente, tem-se a seção metodológica, na qual assinalamos o percurso empreendido. Em prosseguimento, analisamos os discursos nas postagens do *Twitter* e, por fim, aparecem as considerações finais.



EMPREENHIMENTO TEÓRICO

Do discurso e de noções correlatas

Michel Foucault foi um autor que desafiou as fronteiras do pensamento. As análises e teorizações desse pensador burlaram os limites das mais diversas áreas do saber, tais como: a Filosofia, a História, a Psicologia, o Direito, a Linguística, dentre outras. O objetivo precípua dos estudos foucaultianos consistiu em analisar as diversas formas por meio das quais os seres humanos são levados a se reconhecer como sujeitos. De acordo com Foucault (1995), isso se deu por meio da problematização de três domínios: a) saber – em obras como *História da Loucura*, *O nascimento da clínica*, *As palavras e as coisas* e *Arqueologia do Saber*, o autor investigou como o homem é tomado como objeto do saber; b) poder – em *Vigiar e Punir* e no primeiro volume da *História da Sexualidade*, verifica-se a objetivação do sujeito sob o prisma das relações de poder inerentes ao funcionamento das disciplinas que incidem sobre o corpo; c) subjetividade – nesse domínio, Foucault vai até os gregos, os romanos e os pensadores dos primeiros anos da era cristã, com o intuito de construir uma genealogia do sujeito, inventariando as continuidades e descontinuidades históricas que possibilitaram ao sujeito engendrar técnicas por meio das quais eles são instados a se governarem e a agirem em conformidade com uma ética e estética de si e na construção de determinados espaços de liberdade.

Embora tais domínios sejam indissociáveis, por questões de limite do gênero artigo acadêmico, centremos nosso olhar em alguns conceitos foucaultianos que, por sua vez, passeiam pela dessa autor francês, mas que não se aprofunda em cada um desses domínios. Assim sendo, um conceito fulcral no pensamento de Foucault está relacionado ao discurso. Comumente, quando lemos ou escutamos esse termo, somos levados a crer que se trata de uma exposição oral, feita por um sujeito num espaço público (“Fez um discurso de formatura muito tocante”), ou ainda pensamos que poderia circunscrever certos dizeres que se repetem e, por isso, seria possível identificar no momento da enunciação (“eu conheço esse discurso”, “esse discurso não me engana”). Todavia, na perspectiva foucaultiana, o discurso vai muito além que uma produção individual ou certa predisposição do sujeito em utilizar certos procedimentos retóricos.

O discurso é compreendido como uma prática que produz os objetos de que fala e, embora seja formado por signos, a análise discursiva ultrapassa essa dimensão, ao focalizar o



acontecimento do discurso, quer dizer, a sua íntima relação com a história, com a memória e com as condições de possibilidade responsáveis pela sua aparição num tempo e lugar específicos. Para Foucault (2010), o discurso constitui um conjunto de enunciados provenientes de uma mesma formação discursiva. Dessa definição, desencadeiam-se noções adjacentes que merecem um olhar mais detido.

A primeira delas refere-se ao enunciado. Na voz de Foucault (2010, p. 31): “[...] trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade da situação; de fixar os seus limites de forma mais justa; de estabelecer as suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado”, prossegue o mesmo pensador: “[...] de mostrar que outras formas de enunciação exclui”. Nesses propósitos, Foucault (2010) concebe o enunciado enquanto uma função a cruzar outras unidades distintivas, como a frase, a proposição e o ato de fala, delas se desviando e, concomitantemente, sendo a condição de existência para o aparecimento de tais unidades. O enunciado é, então, caracterizado pelas seguintes propriedades: a) referencial – forma “[...] o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos e dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado” (FOUCAULT, 2010, p. 103); b) posição de sujeito – diz respeito ao fato de todo enunciado carecer de uma posição a ser assumida pelo sujeito que enuncia, mas não coincidente com o sujeito gramatical, com o autor da formulação ou ainda o ser empírico, “[...] sendo uma forma suscetível de se transformar, forma essa que nem sempre é idêntica a si mesma” (GRILO; BARBOSA; MAKNAMARA, 2021, p. 1); c) domínio associado – o enunciado relaciona-se com já-ditos e outros ainda por dizer, de modo a pressupor uma rede enunciativa e o funcionamento de uma memória; d) materialidade repetível – para ganhar condições de existência, o enunciado necessita de um suporte, um lugar, uma substância ou ainda de um aparato institucional por meio do qual se materializa e se inscreve no interior das coisas efetivamente ditas.

Já a formação discursiva abrange uma instância mais ampla, porquanto recobre as regularidades enunciativas que se manifestam por meio de recorrências temáticas, de tipos de objetos, de conceitos e de temas. De acordo com Foucault (2010, p. 50), uma formação discursiva se define quando se pode estabelecer um conjunto semelhante de enunciados, “[...] se pode mostrar como qualquer objeto de discurso em questão aí encontra o seu lugar e a sua



lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha que se modificar”.

Do neoliberalismo como uma racionalidade

Foucault tratou do neoliberalismo, de maneira mais detida, na obra *Nascimento da biopolítica*, resultante do curso ministrado no Collège de France no ano de 1979. Esse curso constitui uma espécie de continuidade de *Segurança, Território e População*, ministrado no ano anterior e no qual o professor francês examina a construção de um dispositivo de segurança que se mostra fundante para a condução do governo dos homens, a partir de meados dos séculos XVI e XVII. Em *Nascimento da biopolítica*, busca-se ponderar acerca da emergência do liberalismo e, em seguida, do neoliberalismo, como elementos definidores da problemática da população como um problema de ordem política – a biopolítica, portanto. Embora Foucault não tenha aprofundado uma série de pontos de sua pesquisa sobre essa temática (LAVAL, 2020), principalmente em razão do seu falecimento precoce no começo dos anos de 1980, é importante reconhecer que esse autor põe em relevo alguns deslocamentos importantes responsáveis pela compreensão do neoliberalismo um modo de governo e não somente uma doutrina de viés econômico.

Para isso, Foucault (2008) argumenta que o neoliberalismo aparece como uma crítica às políticas econômicas com viés intervencionista desenvolvidas a partir da crise de 1929 e, em seguida, após a Segunda Guerra Mundial, quando diversos países necessitaram engendrar planos econômicos centradas na ideia do bem-estar social, nas políticas de seguridade e de proteção da classe mais pobre, notadamente os planos econômicos inspirados em Jonh Maynard Keynes. Os entusiastas neoliberais da chamada escola de Chicago – dentre os quais, podem-se citar Milton Friedman, George Stigler, cujas influências advêm de pensadores como Friedrich Hayek e Ludwig von Mises – por outro lado, não veem com bons olhos esse tipo de gestão e, com a crise do dólar e do petróleo dos anos de 1970, buscam implementar projetos neoliberais em países como o Chile, sob o regime ditatorial de Augusto Pinochet, bem como no Reino Unido, sob a batuta de Margareth Thatcher, e nos Estados Unidos, no governo de Ronald Reagan. As principais medidas adotadas por esses governantes consistem em “enxugar” o Estado, levando-o a ser menos assistencialista e induzir a concorrência e as regras do mercado,



inscrevendo no plano individual as responsabilidades que outrora competiam ao raio de atuação estatal.

Como desdobramento, o regime neoliberal adentra os mais diferentes âmbitos da vida em sociedade e, por conseguinte, somos levados a nos comportar como fôssemos unidades-empresa (FOUCAULT, 2008) e empreendedores de si (DARDOT; LAVAL, 2016). A lógica do mercado permeia, pois, setores como a saúde, a educação, o mundo do trabalho, a subjetividade e os modos de ser e estar no mundo. Seguindo Foucault (2008), podemos mencionar pelo menos dois importantes elementos que caracterizam o neoliberalismo como uma forma de governo.

O primeiro diz respeito à noção de capital humano. Formulada pelo economista Thomas Shultz e burilada por Gary Becker, essa noção diz respeito a um conjunto de elementos imateriais que emolduram uma imagem desejável para o sujeito trabalhador, não mais entrevistado como quem vende a sua força de trabalho, mas um capital ativo que precisa ser continuamente desenvolvido para gerar fluxos de renda. Sob essa perspectiva, desde a mais tenra idade, a criança necessita construir o seu capital humano, sua competência-máquina, para poder ingressar no universo competitivo. O segundo elemento, arrolado por Foucault (2008), reporta-se a uma mutação na figura do chamado *homos economicus* do liberalismo clássico. Para o pensador francês, não se trata mais do homem da troca, mas do homem que gera sua própria satisfação e que constitui o empresário de si. Na voz de Foucault (2008, p. 368-369), “O *homo oeconomicus* é aquele que aceita a realidade [...] esse *homo oeconomicus* aparece justamente como o que é manejável, o que vai responder sistematicamente a modificações sistemáticas que serão introduzidas no meio”.

Sob a égide neoliberal, a economia passa a colonizar o pensamento, o Estado, a sociedade e as condutas individuais (CASARA, 2021) e mais uma série de consequências podem ser listadas: a) o fato de o neoliberalismo ter um alcance global, com a colaboração de “[...] corporações, sociedades empresárias transnacionais, organismos econômicos internacionais e oligarquias políticas, midiáticas e políticas locais” (CASARA, 2021, p. 170), leva a crer que somente esse tipo de racionalidade é considerado verdadeiro; b) a standardização da concorrência como norma produz a figura do outro como um inimigo a ser combatido, fazendo esgarçar quaisquer laços de solidariedade; c) o sujeito trabalhador,



destituído das medidas protetivas, torna-se o empreendedor de si mesmo e o “[...] salário não dever ser regulado por leis sociais, mas, sim, recompensar investimentos pessoais” (LAVALL, 2020, p. 144); d) o sujeito é continuamente impelido a investir em si mesmo, num percurso formativo que nunca nessa, e se mostrar flexível, resiliente e autônomo; e) a cultura da avaliação, do *ranking* e do desempenho individual é cada vez mais incentivada, com vistas a gerar a antinomia vencedores \times perdedores e reforçar as desigualdades sociais; f) o sujeito precisa administrar-se em todos os domínios possíveis, frente às instabilidades do mercado e à gestão de riscos; g) no âmbito das finanças, convém levar em conta que a responsabilidade pelo êxito ou o fracasso é da ordem puramente individual, cabendo ao sujeito controlar-se em relação ao consumo e evitar o endividamento, numa sociedade marcadamente assinalada pela ênfase no imediatismo do prazer em comprar e pela facilidade em conseguir crédito.

Sobre essa última consequência, Saraiva (2017) avalia que a educação financeira aloja-se no esteio de particularidades da sociedade de controle que objetivam atenuar a força política e potencializar o conformismo ao sistema. Seguindo essa lógica, não importa quanto se ganhe: toda finança é suscetível de ser objetivada pela *expertise* dos agentes financeiros, os quais se voltam a pedagogizar os sujeitos, fazendo com que estes pouco questionem sobre condições sociais mais amplas, pois estão ocupados com o gerenciamento dos poucos recursos que lhes são destinados. Para Saraiva (2013, p. 174), a educação financeira “[...] aponta para a necessidade de tornar cada um responsável por suas escolhas do consumo, capaz de continuar jogando o jogo do mercado, o que seria inviabilizado pelo mau uso dos recursos”.

METODOLOGIA

O trabalho pode ser caracterizado como um estudo descritivo-interpretativo de abordagem qualitativa em virtude das seguintes especificidades: a análise dos discursos das postagens sobre a educação financeira ocorre num contínuo batimento entre a descrição e a interpretação, considerando a ocorrência do fenômeno, sem se preocupar com dados quantitativos, estatísticos e variáveis controladas. Além disso, consideramos, na ótica de Maknamara (2020, p. 69), que a abordagem analítica incide sobre “[...] as formas de raciocínio, saberes, valores, afetos e comportamentos que contribuem, através de estratégias e técnicas



específicas, para a formação de pessoas ao atribuir significados a lugares, fenômenos, práticas e/ou sujeitos”.

O *corpus* de análise foi constituído a partir de uma busca realizada no *Twitter* no decorrer do mês de fevereiro de 2023. A escolha por essa mídia social ocorreu em função de constituir um espaço onde os acontecimentos sociais e políticos são continuamente ressignificados (RECUERO; SOARES; ZAGO, 2021), a partir de sucessivos embates e interações entre os usuários. Assim, procuramos no *Twitter*, na opção pesquisar por meio do descritor “educação financeira” na aba “mais recentes”, o que nos conduziu a postagens publicadas nos primeiros dois meses do ano em curso. O resultado gerou um total de cinquenta postagens, as quais foram recolhidas, para uma leitura prévia. Em seguida, fizemos um recorte de vinte postagens, com vistas à construção do presente artigo.

Para empreender essa nova seleção, seguimos a repercussão de alguns acontecimentos desencadeados no começo deste ano, a saber: a) a posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva para o seu terceiro mandato e, com isso, o rompimento relativo com uma gestão profundamente arraigada em setores empresariais e ultraliberais, favoráveis à inserção da educação financeira como uma matéria do currículo escolar; b) o fato de a empresa *Americanas* ter solicitado recuperação judicial, após a descoberta de um rombo bilionário em suas contas e um dos seus sócios da varejista ser Jorge Paulo Lemann – apoiador de instituições que atuaram na consolidação das reformas curriculares do novo ensino médio, cujo resultado implicou a ênfase da educação financeira c) o caso já aludido na introdução deste texto acerca do material de apoio docente sobre educação financeira da rede estadual do Paraná.

Seguindo as orientações éticas das pesquisas em redes sociais digitais, conforme Recuero (2015), não identificaremos os nomes dos perfis autores das postagens, mesmo cientes de que esses nomes podem ser fictícios. Para tanto, utilizamos a seguinte padronização: Postagem 1, Postagem 2 e, assim, por diante, de acordo com a ordem em que foram coletadas.

DISCURSOS SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM POSTAGENS DO TWITTER

Foi possível identificar algumas regularidades discursivas a perpassarem a construção das postagens coletadas. Essas regularidades se encadeiam com os fatores arrolados no tópico anterior e colaboram para a irrupção de dizeres acerca da educação financeira no momento



atual. Assim sendo, reunimos as postagens em quatro blocos, conforme a posição de sujeito adotada: a) postagens que recusam a educação financeira e, para tanto, utilizam estratégias de ironia e deboche; b) postagens favoráveis à educação financeira, mas com certas ressalvas; c) postagens que vinculam a educação financeira, e a ausência dela, a certo pertencimento político-partidário; d) postagens reveladoras da necessidade da educação financeira com uma forma de sanar o desequilíbrio fiscal dos sujeitos dos enunciados.

O primeiro bloco contempla as seguintes postagens.

O que me irrita nessa conversa de educação financeira na escola é que acham que a pessoa toma dinheiro emprestado a 6% a.m, é porque não sabe a fórmula de juros compostos, quando o caso é que só oferecem essa taxa em todo banco que ele vai (**Postagem 1**).

Ah, devia ter educação financeira nas escolas'. Pois eu acho que devia ter uma disciplina só de Povos Originários e outras formas de vida para além do capitalismo na escola (**Postagem 2**)

A Fundação Lemann é daquelas que insiste numa tal de “Educação Financeira” nas escolas. Pelo visto o senhor Lemann e sua turma é quem precisa muito de tais aulas” (**Postagem 3**)

“Educação financeira: compre imóveis em dinheiro vivo e pãozinho em cartão corporativo” (**Postagem 4**)

O mercado não leva a sério a receita da dona de casa: não se pode gastar mais do que arrecada. Não viram isto, Lemann, Carlos Alberto Sucupira e Carlos Telles? É preciso instituir curso sobre educação financeira: como gastar seu dinheiro sem roubar e dar calote nos outros (**Postagem 5**).

Os discursos que circulam nas postagens ancoram-se em posicionamentos de recusa à educação financeira e seus desdobramentos. Tem-se, com isso, uma forma de resistência a esse modo de governar as condutas por meio da mobilização dos seguintes elementos: a) o fato de os responsáveis pela difusão da educação financeira estarem em situação de descrédito (“Lemann e sua turma”), em razão do escândalo que levou a recuperação judicial da empresa Americanas e, portanto, desautorizados a produzir um saber sobre a educação financeira (postagem 3 e 5); b) a falta de causalidade entre a compreensão do funcionamento da natureza dos juros e a contração de dívidas via empréstimos bancários (postagem 1); c) o contraponto à criação de disciplinas sobre educação financeira no currículo escolar a partir de um componente completamente oposto à lógica capitalista (postagem 2); d) a menção a casos de corrupção governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), o qual se mostrou alinhado a setores do mercado e dos defensores da educação financeira (postagem 4).



Na materialidade repetível dos enunciados das postagens, é importante pontuar que a posição de sujeito articula os seus dizeres por meio da retomada de enunciados anteriores, por meio do domínio associado, conforme foi explanado na seção teórica. Na postagem 5, isso ocorre por meio da retomada do saber da dona de casa, considerado como essencial e destituído de uma elaboração técnica, empregado com o fito de descredibilizar o saber autorizado dos sócios das Americanas. Assim, o posicionamento discursivo põe em xeque a expertise desses empresários e revela, em tom irônico, que a educação financeira a ser apreendida por tais empresários visa a usar os recursos financeiros sem cometer crimes. Semelhante posicionamento aparece na postagem 3, quando se alega que Lemann e seus pares necessitam de aulas de educação financeira. Na postagem 1, recupera-se um dizer inscrito no esteio dos que defendem a necessidade financeira, conforme o argumento de que a população socialmente mais desassistida, ao desconhecer o *modus operandi* dos juros, acaba contraindo dívidas que não poderá quitá-las, ao qual a posição do enunciado recruta, pontuando que esse dizer, ao responsabilizar o sujeito favorecido pelo empréstimo, não leva em conta a existência das altas taxas de juro.

A postagem 2, por sua vez, traz em sua materialidade um discurso que vem de outro lugar – dos que proclamam a urgência da implementação de uma disciplina de educação financeira – e empreende um jogo com esse discurso, ao postular a necessidade de engendrar uma prática educativa desafiadora à racionalidade neoliberal. Já a postagem 5, ao lançar mão do modo imperativo (“compre”), satiriza a imagem dos consultores financeiros e arremata por meio da referência aos itens adquiridos (“imóveis” e “pães”) e às formas de pagamento (“dinheiro vivo” e “cartão corporativo”), num aceno às práticas danosas ao erário efetivadas no governo Bolsonaro. Margeando a construção desses discursos, podemos entrever uma posição de indisfarçável recusa à educação financeira, concebida como um engodo e requerida somente por empresários inescrupulosos, políticos corruptos e por quem desconhece a realidade da população mais pobre. A partir desses posicionamentos, podemos interpretar práticas de resistência, de fuga, de insurgência (FOUCAULT, 1995) aos ditames da racionalidade neoliberal.

No segundo bloco de postagens, identificamos um conjunto de enunciados que se mostram favoráveis à educação financeira, mas a partir de determinadas condições. Vejamos.



Um assalariado com educação financeira talvez não fique rico mesmo. Mas se ele não cair em pirâmide nem golpe do pix. Evitar cheque especial ou rotativo do cartão. E construir uma renda complementar na bolsa, já valeu apenas demais (**Postagem 6**).

Sou favorável a ter educação financeira. Mas se for essa daqui que tá sendo ensinada no Paraná, do Renato Feder, atual secretário de educação de SP, é melhor não ter (**Postagem 7**).

Educação financeira não é sinônimo de “saber economizar”, muito menos “ter muito dinheiro”. Vai muito além disso. Ela está relacionada à conscientização das oportunidades e dos riscos do mercado na conquista da independência financeira ou uma vida cheia de dificuldades (**Postagem 8**).

E não me levem a mal, eu [sou] super a favor de ensinar robótica, educação financeira e outras coisas. Mas não adianta nada criar uma lei obrigando se a escola não tem estrutura. Primeiro se cria a estrutura, depois a lei. (**Postagem 9**).

Educação financeira deveria começar pelo básico: não cair em lorota de golpista que diz que vc é pobre pq quer (**Postagem 10**).

Quando Foucault (2010) pondera acerca do domínio associado, defende a existência de uma memória por meio da qual os enunciados se relacionam com outros produzidos antes. Nessa ótica, os posicionamentos assumidos nas postagens supracitadas remetem a dizeres construídos sobre a educação financeira, os quais, em maior ou menor grau, reduzem-na a uma promessa de enriquecimento fácil. Isso fica em destaque na postagem 6, porquanto o sujeito reconhece a dificuldade de ascensão social do assalariado, e na postagem 8, pelo fato de se apelar para outras benesses da educação financeira para além de uma visão reducionista (“vai muito além disso”).

No entanto, é mister interpretar como, nessas duas postagens, endossa-se o anseio em se conduzir pelas competências da racionalidade neoliberal, pois se busca empoderar o sujeito a não contrair dívidas (“evitar ou rotativo do cartão”), a adotar um perfil de investidor (“construir uma renda complementar na bolsa”), a estar atento às dinâmicas do mercado e se adaptar aos desígnios econômicos (“conscientização das oportunidades e dos riscos do mercado”, “conquista da independência financeira”). Esse sujeito, na leitura foucaultiana, representa o *homo economicus*, ou seja, o sujeito do cálculo, do empresariamento de si mesmo, da gestão da vida cujo valor atende à captura normativa neoliberal. Conforme Casara (2021, p. 168), “Desse valor conferido, as pessoas passam a ser etiquetadas de desejáveis e indesejáveis”. É justamente para cumprir com essa demanda que a educação financeira é continuamente



invocada: produzir subjetividades vigilantes e atentas aos riscos, pautadas em políticas de seguridade eminentemente individuais, porquanto “[...] a vida não administrada é considerada como um fracasso moral do indivíduo; quando isso ocorre, ele [o sujeito] é objetivado como alguém irresponsável pelas suas escolhas” (CANDIOTTO, 2016, p. 36).

Nas postagens 6 e 10, podemos observar a mesma regularidade: a educação financeira constituiria um instrumento valioso para evitar que se caia em golpes financeiros e em discursos tidos como falaciosos segundo os quais a condição de pobreza é de responsabilidade do indivíduo. Esses posicionamentos, portanto, discursivizam a educação financeira, por meio da exclusão de outros dizeres – os quais a inscrevem sob o âmbito do charlatanismo, como defendido nas postagens do primeiro bloco. É na contramão desses dizeres, que a postagem 7 se constrói, pois repudia o material didático da rede estadual do Paraná que, consoante vimos, correlaciona a classe social a uma questão de natureza subjetiva (“mentalidade”). Já a postagem 9 condiciona a implantação da educação financeira na escola à melhoria da qualidade estrutural das instituições de ensino. Em síntese, essas posições adotadas, apesar de se mostrarem predispostas à educação financeira, sinalizam como isso deveria ocorrer, pontuam os elementos a serem considerados na consecução de tal prática.

Nas postagens do terceiro bloco, a seguir dispostas, a educação financeira é discursivizada como objeto de disputa político-partidária.

Educação financeira, inteligência emocional, oratória, programação? NananinaNÃO! Jovem tem que aprender o intersexo, pronome neutro, aula de sexologia, saber o seu lugar de fala, e se enquadrar em uma minoria (**Postagem 11**).

Pq se acha que a esquerda votou contra a educação financeira nas escolas? São ignorantes e se orgulham disso (**Postagem 12**).

O fetichismo da direita é implementar educação financeira nas escolas, para ensinar o jovem a lidar com um salário mínimo ou vender trufa e iludi-lo como empreendedor (**Postagem 13**).

O PT já havia se revoltado contra aulas de educação financeira e agora é contra aulas de educação [financeira] e robótica. Mas ensinar a dançar funk é importante! Faz o “L”. Seus filhos serão faxineiros de empresas de americanos e indianos, que são educados para empreender! (**Postagem 14**).

Se tivéssemos aula de educação financeira, a maioria das pessoas teriam noção básica de economia e logo descobririam que o socialismo não funciona. Essa é um dos motivos da relutância em implantar educação financeira desde o ensino de base (**Postagem 15**).



Na postagem 13, a posição enunciativa vincula a educação financeira a um projeto político da direita política que, em articulação com setores do mercado, leva ao conformismo social (“ensinar o jovem a lidar com o salário mínimo ou vender trufa”) e celebra a figura do empreendedor como um modelo a ser seguido, razão pela qual a crítica se constitui (“iludi-lo como empreendedor”). Já nas demais postagens dessa série, os posicionamentos discursivos se orientam no sentido de elucidar que a educação financeira vai na contramão dos interesses de políticos de espectro de esquerda (particularmente o Partido dos Trabalhadores-PT). Isso se daria pelas seguintes razões: a) os políticos de tal orientação se mostram contrários à inserção da educação financeira e temas adjacentes, a exemplo da robótica e da programação, no currículo das escolas; b) ao fazê-lo, busca-se impedir o desenvolvimento dos jovens, tornando-os ignorantes e explorados por aqueles que são expostos à cultura do empreendedorismo desde cedo; c) a agenda dos partidos de esquerda valorizaria temáticas consideradas impróprias, como a diversidade sexual e de gênero (“intersexo”, “pronome neutro”, “aula de sexologia”) e as manifestações culturais periféricas (“dançar funk”) em detrimento da educação financeira; d) como corolário, esse projeto de poder visaria à manutenção de uma dada hegemonia desse grupo político e certa alienação com pretensões eleitoreiras (“são ignorantes e se orgulham disso”, “descobririam que o socialismo não funciona”).

A educação financeira na escola é construída discursivamente como uma oportunidade de libertação de uma suposta normatividade da esquerda política, a qual se sentiria ameaçada, caso os alunos se “conscientizassem” dos interesses escusos de tal orientação ideológica. Nessas postagens, é conveniente observar como funciona o referencial do enunciado, compreendido por Foucault (2010) como as leis de possibilidade que fazem emergir um dado dizer num tempo e num lugar específicos. Assim, o referencial diz respeito ao cenário político brasileiro contemporâneo, caracterizado pelo desgaste democrático, pela circulação pletórica da desinformação e pela despolitização, aliados à demonização dos partidos que não coadunam com o ideário de uma direita mais radical (BROWN, 2019). Na leitura de Macedo e Silva (2022, p. 8), “[...] as alianças entre neoliberalismo e conservadorismo convergiram seus interesses em torno da governança baseadas em critérios de mercado e da valorização do poder estatal para fins morais”. Nessas formações discursivas díspares, a educação financeira constitui um dos



ingredientes que, ao ser proclamada pela retórica neoliberal, torna-se o alvo de calorosos embates.

No último bloco de postagens, expresso a seguir, os posicionamentos discursivos reclamam a urgência dos saberes da educação financeira, com vistas a resolverem os problemas relativos à má gestão das finanças.

Preciso de uma educação financeira agora msm antes q eu morra na mão de agiota (**Postagem 16**).

MEUS DEUS EU PRECISO DISSO NA MINHA MESA PRA ONTEM Eu tenho 0 educação financeira, preciso criar minha filha diferente (**Postagem 17**).

Foco agora é só na minha saúde, meus estudos e minha educação financeira! Tudo bagunçado, mais vai se ajeita (**Postagem 18**).

Pai nós nunca teve educação financeira, nunca teve cartão de crédito, nunca crédito nem na loja da esquina, daí vem o Banco do Brasil e me libera 7 mil de limite? Óbvio que tô com dívidas kkkkkk (**Postagem 19**).

Como faz falta ter educação financeira, né? Não fui preparada pra isso e tive que aprender a fazer dinheiro desde cedo, com isso fiz contas tb e acabei me perdendo, mas td tem um jeito (**Postagem 20**).

Em uníssono, na materialidade repetível das postagens, a educação financeira seria a responsável por resgatar os sujeitos do caos em que se encontram. Tais sujeitos se reconhecem como fracassados (“acabei me perdendo” “tudo bagunçado”), temem pela vida (“antes q eu morra nas mãos de agiota”, não querem dar um mau exemplo para os filhos (“preciso criar minha filha diferente”), compreendem os efeitos da ausência da educação financeira em momentos decisivos da vida (“não fui preparada pra isso”, “óbvio que tô com dívidas”). Nessa ótica, os sujeitos se mostram acessíveis para serem governados pelas formas de gerenciamento neoliberal via educação financeira, pois falharam em seus percursos de empresariamento de si e, com isso, buscam se redimir.

De acordo com Dardot e Laval (2016, p. 350), na racionalidade neoliberal, “[...] o indivíduo deve governar-se a partir de dentro por meio de uma racionalização técnica de sua relação consigo mesmo”. Essa relação se dá, na perspectiva desses dois autores, por meio da responsabilização de si, já que o sujeito é instado a responder por seus atos diante dos outros e ser inteiramente calculável. Ora, isso é frequente no discurso das postagens: foi a falta da educação financeira que levou ao quadro de endividamento e não o próprio sistema e as condições sociais mais amplas, como a precariedade do emprego, os baixos salários, o apelo ao



consumo imediato, entre outras questões. As palavras de Han (2018, p. 13) sintetizam: “Quem fracassa na sociedade neoliberal do desempenho, em vez de questionar a sociedade ou o sistema, considera a si mesmo como responsável e se envergonha por isso”.

Vale ainda salientar como a educação financeira – e a falta dela – colaboram para o desenvolvimento do capital humano, conforme defendido por Foucault (2008). O posicionamento da postagem 18 assim elucida, quando inscreve a educação financeira ao lado dos cuidados com a saúde e a dedicação aos estudos; nas postagens 19 e 20, circula um discurso de lamento acerca da ausência da educação financeira ao qual se atribui o endividamento; na postagem nove, o sujeito enunciador deseja que esse aspecto do capital humano que lhe faltou não seja uma realidade para a sua filha, para quem é preciso, desde cedo, desenvolver as competências em educação financeira. De modo geral, as postagens desse bloco concebem a educação financeira como um processo de instrumentalização que devolverá aos sujeitos os meios por meio dos quais poderão governar-se a si mesmos, marcando-os em suas condutas, tornando-os sujeitos (CUNHA, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste texto residiu em analisar postagens do *Twitter* acerca da educação financeira, com o intento de responder aos seguintes questionamentos: que discursos sobre a educação financeira circulam em postagens do *Twitter*? Em que medida tais discursos se conectam com os saberes, as práticas e as crenças da racionalidade neoliberal? Em relação à primeira indagação, foi possível identificar regularidades agrupadas em quatro blocos e que, a nosso ver, mostram como os discursos são construídos.

No primeiro bloco, as postagens se posicionam feericamente contrárias à educação financeira seja no tocante à criação de um componente curricular com esse viés, porque inscreve no domínio da escola falácias do mercado corporativo mimetizado em empresários trapaceiros, seja em relação a práticas mais amplas, as quais são vistas como táticas que obscurecem as desigualdades sociais, responsabilizando os mais pobres pela ingerência financeira. No segundo bloco, as postagens fazem irromper posições favoráveis à educação financeira, mas de maneira a engendrar algumas condições: desconstruir enunciados já ditos que associam a educação financeira ao enriquecimento imediato, somente implementar uma disciplina escolar com esse



direcionamento, se houver condições estruturais necessárias, distanciar a educação financeira do binômio mentalidade “rico” e mentalidade de “pobre”, dentre outras críticas.

Já o terceiro bloco engloba postagens que situam a educação financeira no campo político e, nessa perspectiva, defende-se o pertencimento dessa pauta ao espectro da direita, motivo pelo qual, segundo os posicionamentos discursivos das postagens, aprovar projetos com semelhante conotação não seria relevante, pois o foco residiria na exploração de temáticas tidas como moralmente inadequadas, em especial relevo, as questões concernentes ao gênero e à sexualidade. O quarto e último bloco agrega um conjunto de postagens que apelam aos modos de governança da educação financeira como uma forma de solucionar a má gestão das finanças e, com isso, reordenar o capital humano afetado pela ausência desse tipo de competência.

Em relação à segunda indagação, podemos compreender que, ao fim e ao cabo, seja na recusa, na aceitação e na exortação da educação financeira, o que está em jogo diz respeito ao *modus operandi* da racionalidade neoliberal no governo de si mesmo. Noutras palavras, o sujeito é continuamente levado a se comportar como fosse uma empresa e, tal como a lógica do mercado, convém se munir de saberes especializados para gerir todas as dimensões da vida. Em relação às finanças, isso não seria diferente. A educação financeira constitui, portanto, mais um dos instrumentos demandados pela normatividade neoliberal para atuar nesse campo. As adesões e as resistências expressas nos discursos das postagens pincelam um quadro bastante singular do momento presente e nos mobilizam a (re)pensar sobre como a educação, nas mais variadas formas (MAKNAMARA, 2015), é objeto de embates e disputas.

REFERÊNCIAS

BIMBATI, A. P. Material para professores do Paraná diferencia ‘mentalidade rica’ e ‘mentalidade pobre’. **Uol**, São Paulo. 10 fev. 2023. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2023/02/10/material-professores-parana-educacao-financeira.htm>. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, dispõe sobre sua gestão e dá outras providências. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm. Acesso em: 11 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho



2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 13 nov. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC. Brasília, DF: MEC, 2018a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=85121-bncc-ensino-medio&category_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 fev. 2020.

BROWN, W. O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas “democracias” do século XXI. In: RAGO, M.; PELEGRINI, M. (Orgs.). **Neoliberalismo, feminismo e contracondutas**: perspectivas foucaultianas. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 17-50.

CANDIOTTO, C. Sujeito, agonística e seus desdobramentos políticos no pensamento de Michel Foucault. In: NALLI, M.; MANSANO, S. R. V. (org.). **Michel Foucault: desdobramentos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 29-40.

CASARA, R. **Contra a miséria neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CUNHA, M. M. S. **Currículo, gênero e nordestinidade**: o que ensina o forró eletrônico? 2011. 152 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2011.

CUNHA, M. P. O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 41, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/L9qwW5jc6b5qrffGxDbgyxt/?lang=pt>. Acesso em: 18 fev. 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DEYFRUS, H. L.; RABINOW, P. **Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-250.

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France: (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GRILO, J. S. P.; BARBOSA, J. C.; MAKNAMARA, M. O dispositivo da especificidade matemática e a produção do sujeito-professor(a)-de-matemática, **Zezetiké**, Campinas, v. 29, p.



1-18, 2021. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8661833/26807>. Acesso em: 14 maio 2023.

HAN, Byung Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Trad. Maurício Liesen. Áyiné: Belo Horizonte, 2018.

KIYOSAKI, R. T. **Pai rico, pai pobre**: 20 anos, edição comemorativa. Trad. Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

LAVAL, C. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. Trad. Márcia Pereira Cunha e Nilton Ken Ota. São Paulo: Elefante, 2020.

LEITE, E. S. A ressignificação da figura do especulador-investidor e as práticas de educação financeira. **Civitas**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 114-130, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/LsJs85tCR9CWDFLLYrNvjbc/?lang=pt>. Acesso em: 11 fev. 2023.

MACEDO, E. F.; SILVA, M. S. A promessa neoliberal-conservadora nas políticas curriculares para o ensino médio: felicidade como projeto de vida, **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 35, p. 1-23, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/71377>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MAKNAMARA, M. Natureza e desenhos animados: conexões com a formação docente em Ciências, **Alexandria**, v. 8, n. 2, p. 75-87, jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/alexandria/article/view/1982-5153.2015v8n2p75/29496>. Acesso em: 14 maio 2023.

MAKNAMARA, M. Quando artefatos culturais fazem-se currículo e produzem sujeitos, **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 27, n. 1, p. 04-18, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/14189>. Acesso em: 14 maio 2023.

OCDE. **Recomendação sobre os princípios e boas práticas de educação e conscientização financeira**. 2005. Disponível em: [https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf). Acesso em: 14 fev. 2023.

RECUERO, R. **Introdução à análise de redes sociais**. Salvador: EDUFBA, 2017.

RECUERO, R.; SOARES, F.; ZAGO, G. Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a desinformação sobre COVID-19 no *Twitter*, v. 40, n. 1, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/45611/28708>. Acesso em: 14 maio 2023.



SARAIVA, K. Educando para viver sem riscos. **Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 168-179, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12894/9448>. Acesso em: 02 jan. 2023.

SARAIVA, K. S. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. **Educar em revista**, Curitiba, n. 66, p. 157-173, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/dCY3fwLdRBWdgSbmSfdS3sy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2023.

DISCOURSES ON FINANCIAL EDUCATION IN TWITTER POSTS

ABSTRACT

The article analyzes discourses on financial education in *Twitter* posts. For this, it takes as its main theoretical contribution the reflections by Foucault (2008; 2010), Dardot and Laval (2016), Laval (2020), Casara (2021) regarding the discourse and neoliberal rationality, and authors such as Saraiva (2013; 2017), Leite (2017) and Cunha (2020), who discuss financial education in conjunction with neoliberal modes of conduct management. This is a descriptive-interpretive study with a predominantly qualitative bias. The material for analysis covers twenty posts published on *Twitter* in the first two months of 2023. The analysis indicates the existence of positions of refusal and acceptance of financial education as a regulatory strategy of neoliberal rationality.

Keywords: Discourse. Financial education. Twitter.

DISCURSOS ACERCA DE LA EDUCACIÓN FINANCIERA EN PUBLICACIONES DE TWITTER

RESUMEN

El artículo analiza discursos sobre educación financiera en publicaciones de *Twitter*. Para tanto, asume como aporte teórico principal las reflexiones de Foucault (2008; 2010), Dardot y Laval (2016), Laval (2020), Casara (2021) acerca del discurso y de la racionalidad neoliberal, además de autores como Saraiva (2013; 2017), Leite (2017) y Cunha (2020), que tratan de la educación financiera relacionado con los modos neoliberales de gestión de las conductas. Se trata de un estudio descriptivo-interpretativo con enfoque predominantemente cualitativo. El material de análisis recupera veinte publicaciones publicadas en *Twitter* en los dos primeros meses de 2023. Los análisis indican la existencia de posicionamientos de rechazo y de aceptación de la educación financiera como una estrategia de regulación de la racionalidad neoliberal.

Palabras clave: Discurso. Educación Financiera. *Twitter*.



DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2023v32n1.65961

Francisco Vieira da Silva
**Discursos sobre a educação financeira em
postagens do Twitter**

Submetido em: 26 de fevereiro de 2023.

Aprovado em: maio de 2023.

Publicado em: maio de 2023.